

Acordo sobre a dívida é esperado para abril

HELIVAL RIOS

No mais tardar até o final de abril o governo brasileiro terá chegado a um acordo sobre a dívida externa do País com os bancos estrangeiros. Esta expectativa é do presidente José Sarney, segundo informações concedidas no Palácio do Planalto. O presidente quer ver logo solucionada a questão da dívida externa, para que isto não venha a prejudicar o crescimento econômico do País este ano.

No Palácio do Planalto não há nenhum temor com relação à data de 31 de março, quando termina o prazo previsto contratualmente para a rolagem automática dos créditos de curto prazo. A razão para esta tranqüilidade, que também é do presidente Sarney, é muito simples: o governo brasileiro está convicto de que os banqueiros não iriam atirar pela janela um negócio de US\$ 15 bilhões — que é o quanto representa o volume de recursos das linhas de curto prazo — comercial e interbancário.

Foi exatamente para manter o crédito de curto prazo fora de qualquer contenda — afirma-se no Palácio do Planalto — que o presidente Sarney decidiu, pessoalmente, que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa seria limitada à dívida de longo prazo.

Ou seja, o Brasil, desde o dia 20 de fevereiro último, quando foi decretada a moratória, continua pagando normalmente os juros da dívida externa de curto prazo. Não há, portanto, nenhum motivo para que estas linhas sejam afastadas. Um outro detalhe é que estas linhas envolvem interesses econômicos de outros países, cujo governo não permitiriam que eles fossem prejudicados pelos bancos, apenas porque gostariam de encontrar uma forma de retaliação. Isto é, nenhum banco vai dizer a um seu cliente preferencial que não vai financiar suas vendas ao Brasil apenas porque quer passar um susto no governo brasileiro, ou deixar de financiar a compra de

minério de ferro brasileiro pelo mesmo motivo.

SOLUÇÃO PARA BREVE

Mas, apesar desta tranqüilidade com relação aos créditos de curto prazo, o governo brasileiro não pretende protelar uma solução para o problema da dívida externa. E isto, segundo se afirma no Palácio do Planalto, também não está relacionado à questão das reservas externas do País.

Este nível de reservas, que oscila muito diariamente, tem-se mantido dentro das previsões oficiais. Na primeira semana da moratória as reservas caíram de US\$ 3,96 bilhões para US\$ 3,55 bilhões e fecharam na marca de US\$ 4 bilhões neste final de semana.

Segundo se alerta no Planalto, tem muita gente querendo acompanhar o nível das reservas do País, de olho no saldo da balança comercial anunciado pela Cacex, que em fevereiro último foi de cerca de US\$ 260 milhões. Para efeito do comportamento das reservas externas, contudo, o que deve ser observado é o fluxo de caixa da balança comercial. Em fevereiro, por exemplo, o caixa das exportações registrou cerca de US\$ 900 milhões, porque, obviamente, as exportações contabilizadas num mês podem estar sendo pagas 40 dias, dois meses depois.

O desejo de se negociar rapidamente com os bancos estrangeiros, portanto — afirma-se no Palácio do Planalto — não se deve nem à questão dos créditos de curto prazo nem ao comportamento das reservas externas, mas sim à questão dos investimentos. É que enquanto o País não normalizar sua situação econômica interna e externa, os investimentos nacionais e estrangeiros tendem a permanecer em compasso de espera, comprometendo, deste modo, o crescimento econômico.

SEM O FMI

No Palácio do Planalto contes-

ta-se a tese segundo a qual os investimentos no País estão há muito paralisados, sendo responsável pelos crescimento econômico apenas a ocupação da ociosidade nas indústrias. Dados apurados pelo Ministério do Planejamento revelam que os investimentos em 1988 cresceram 23,6%, isto é, a formação bruta de capital fixo. Com este crescimento, a relação investimento/PIB (Produto Interno Bruto), que era de 16,8% em 1985, saltou para 19,4% em 1986. O ponto máximo deste indicador foi atingido em 1975, de 25,2%, sendo o menor o de 1984, de 15,5%.

O governo teme, entretanto, que esse ritmo dos investimentos não se mantenha, diante do atual quadro da política econômica, tanto interno, quanto externo. No âmbito interno, entende-se no Palácio do Planalto que é necessário definir um plano de estabilização de médio e longo prazo, para com isto reconquistar a confiança do empresário. No âmbito externo é necessário concluir logo a renegociação da dívida externa, até mesmo como forma de se atrair mais facilmente o capital estrangeiro.

O presidente Sarney acredita que o seu governo vai conseguir uma boa renegociação da dívida externa com prazos maiores, menores spreads (taxas de risco), pluri-anuidade, e, principalmente, dinheiro novo, tudo isto sem o monitoramento do FMI (Fundo Monetário Internacional).

CAPITAL DE RISCO

O governo acredita que a renegociação da dívida vai caminhar pelas vias convencionais. Há um grande ceticismo com relação a mecanismos pouco ortodoxos, como a conversão de dívida em capital de risco. O ministro Dilson Funnaro, por exemplo, diz que o governo pode até discutir este tema na hora de sentar-se à mesa com os credores externos. Mas lembra que este mecanismo não deu grandes resultados em nenhum país devedor. (Brasília - Ag. Estado)